

Editorial

A família foi sempre a célula fundamental do organismo que é a sociedade. Como tal, ela é um elemento particularmente sensível às grandes alterações que nesta se operam e um barómetro particularmente revelador do estado em que, em cada tempo, se encontra a mesma sociedade. Estado de saúde ou de doença no plano espiritual e do consequente bem-estar ou mal-estar, ela reflecte em si as grandes mutações culturais que a História vai conhecendo no decurso do tempo.

No seio da cultura contemporânea, dita pós-moderna, a família não podia deixar de sofrer os efeitos da desintegração dos chamados «grandes relatos» ou «metanarrativas», usando o conceito e a expressão de Lyotard, e à desconstrução de verdades, princípios e valores essenciais para a vida humana. Numa cultura da morte de Deus, do «fim da metafísica» e, com ele, da rejeição de uma ordem ética e jurídica natural e, com isso, de uma lei natural, tempo de crise de tudo o que é da ordem do institucional, de idolatria da liberdade individual, da auto-suficiência humana em crescendo, da emancipação da mulher e da sua igualização aos homens – e não só no direito ao trabalho fora de casa –, da enorme influência dos media, de rompimento com a tradição e as tradições, da revolução sexual, da generalização dos anti-conceptivos, enfim, da profunda mutação dos usos e costumes... a instituição familiar não podia senão encontrar-se ela mesma submetida a profundas transformações. E não apenas na ordem prática dos modos hodiernos de constituir família e de viver a vida familiar. É o próprio conceito de família que está em crise, quer dizer, sujeito a julgamento e objecto de novas interpretações e concepções, algumas das quais verdadeiramente aberrantes.

A Igreja procura estar atenta aos sinais dos tempos. João Paulo II (agora São João Paulo II), atento ele mesmo, publicou, já na década de oitenta, um precioso documento sobre a família, a encíclica *Familiaris Consortio* (1981), no qual expõe doutrina e directivas preciosas, além de uma Carta às famílias no ano a elas dedicado (1994). Passadas, respectivamente, três e duas décadas sobre estes documentos, a situação geral, infelizmente, não melhorou. Pelo contrário, novos problemas e novas situações foram surgindo ou se foram multiplicando. Divórcios em percentagem assustadora, uniões de facto, amor livre de toda a norma moral, ideologia do género, «casamentos» de homossexuais, famílias com os membros separados por causa do emprego ou do trabalho e, pior ainda, as que ainda têm algum, com algum ou mesmo todos os elementos

caídos na vala do desemprego, etc. etc. São coisas que proliferam, com a convivência da legislação civil, em que o legislador se preocupa mais com dar cobertura às situações de facto, em regra consideradas fruto do progresso social e civilizacional, do que com defender a instituição que garantiria a saúde espiritual da sociedade, da mesma família e de cada um dos seus membros.

No meio de tudo isso, há as pessoas que se alegram com o que consideram progresso e modernização; há os que se resignam, sem força ou ânimo para lutar contra a corrente do «hoje é assim»; mas há igualmente, e não são poucos, os que disso são vítimas e sofrem.

A Igreja é mãe e mestra. Tem realmente procurado apresentar doutrina segura e sadia, apta para orientar a consciência das pessoas, de dentro e mesmo de fora dela, nos seus princípios que devem nortear a instituição familiar. Se João Paulo II, tido por algo conservador, foi sobretudo mestre e se preocupou essencialmente com o que, na família, deve ser tido como valor perene, já o actual Papa Francisco, pastor habituado à proximidade da vida concreta (ao «cheiro das ovelhas»), tem no seu coração sobretudo os sofrimentos de tantos, por causa da situação anormal que milhões de famílias estão vivendo. Ele é o Papa da misericórdia, que procura imitar Jesus na sua procura das ovelhas perdidas. Sem deixar de ser mestre, deixa-nos a todos sobretudo a imagem de uma Igreja maternal. Em face de tantos problemas que afligem ou, como quer que seja, perturbam a vida conjugal e familiar, ele olha sobretudo para a miséria humana e procura uma resposta aos problemas que seja o mais possível identificável com aquela que seria assumida pelo mesmo Jesus, se por cá andasse neste tempo em sua missão de Bom Pastor evangelizador e salvador. «Evangelho» não quer dizer «boa notícia»? Implacável com certos prevaricadores, mas adverso à lei pela lei, como Jesus o foi com os fariseus e doutores da Lei, ele leva no coração as pessoas com as suas situações concretas e procura encontrar caminhos para levar aos seus corações amargurados a boa notícia da salvação.

Foi nesta perspectiva que convocou o Sínodo sobre a família. E é nessa perspectiva que o Sínodo irá, certamente, tentar encontrar caminhos de salvação e dar, no seu final, algumas boas notícias a tanta gente que sofre com a situação familiar. Uma questão de fundo se levanta, a propósito: será este Sínodo, iniciado em 2014 e cujo encerramento se prevê para 2015, diferente de outros em algo de essencial? Estamos em crer que sim. E essa diferença estará, ao que tudo indica, na perspectiva essencialmente pastoral da atenção à vida concreta da gente. Descansem os fundamentalistas, fariseus do nosso tempo: Francisco não é um herege, muito menos um maçã, como já o têm considerado alguns. Os princípios perenes não serão, por ele nem pelo Sínodo, abalados. a doutrina permanecerá a mesma, na fidelidade ao Evangelho. Mas entre os princípios abstractos e o concreto da vida real vai uma certa distância. Já João Paulo II, na citada Familiaris Consortio, enunciou um princípio precioso, a que, infelizmente, parece se ter prestado pouca atenção: a distinção entre a não gradualidade de lei (no campo teórico) e a lei da gradualidade (no campo da prática da vida em geral, em que a lei há-de ser aplicada, com especial incidência na prática pastoral). O Sínodo irá, sem dúvida, procurar con-

ciliar teologia e pastoral, princípios e situações, doutrina e pessoa. O seu escopo será menos o de repetir, sem mais, os princípios perenes, que o de apontar caminhos para a sua aplicação na vida das pessoas reais. O documento – Exortação Pós-Sinodal – que dele há-de sair, com a assinatura do Papa Francisco, será certamente, muito mais uma lição de sabedoria do que uma exposição de teologia e moral. E será, certamente também, uma exortação à prática da sabedoria no tratamento dos casos para os quais se espera uma resposta de salvação. Não irá na linha do «vale tudo», mas também não irá na do «não há nada a fazer». A sabedoria, que é maternal, dará ao mundo a imagem de uma, Igreja que é Mãe, sem, com isso, prejudicar a sua imagem de grande Mestra e «perita em humanidade». E o Sínodo terá presente que, se a teologia é uma ciência, a pastoral é uma arte. E é por ser arte que carece de ser conduzida com sabedoria, que desde Platão também se chama de prudência, a virtude que faz a síntese das demais e que, no caso vertente, é chamada a fazer a síntese entre a lei e a vida, entre os princípios (genéricos e abstractos) e a vida (individual e concreta).

Na oportunidade do Sínodo sobre a problemática familiar em presença, bastante tem sido a reflexão produzida fora do âmbito estritamente sinodal, em livros, revistas e de outros modos. A revista THEOLOGICA quis associar-se a esta abundante produção prestando o seu pequeno contributo para a reflexão da mesma problemática. Infelizmente, alguns aspectos de relevo, que estiveram no projecto do seu conteúdo, por razões alheias quer à Direcção da revista quer aos autores a quem fora pedida colaboração, não puderam ser atendidos. Referimo-nos concretamente a um estudo sociológico sobre a situação da família hoje e a um estudo sobre pistas para uma pastoral familiar actual adequada. Mesmo assim, aqui fica o que foi possível como contributo da Faculdade de Teologia da UCP, no seu núcleo de Braga, para a reflexão em curso entre as duas grandes sessões sinodais.

JORGE COUTINHO